

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA
PRIMEIRO DE JANEIRO	16.NOV.1974	CAPITAL
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA



O Dr. Jorge Catarino no uso da palavra, no decorrer da conferência de Imprensa efectuada, ontem, no Hospital de Santo António

Acentuado em conferência de Imprensa

Urgente o incremento da democratização das estruturas hospitalares

Para divulgação das conclusões do «Encontro Nacional dos Hospitais» realizado em 2 e 3 do corrente, em Leiria, «como resposta dos trabalhadores ao anteprojecto dimanado da Secretaria de Estado da Saúde, os hospitais e a comunidade», efectuou-se ontem à tarde, no salão nobre do Hospital de Santo António, uma conferência de Imprensa, orientada pelo Dr. Jorge Catarino, representante do Hospital de Vila Nova de Gaia, que teve, na circunstância, a colaboração dos Drs. Lourenço de Oliveira (Matosinhos) e Luís de Carvalho (Santo António).

Após prévio agradecimento pela presença dos representantes dos órgãos da Informação, o Dr. Jorge Catarino referiu-se ao «statu quo» imperante, no que concerne à panorâmica hospitalar no nosso país — como bem se sabe, enfermando de carências de toda a ordem e de anomalias que urge neutralizar da forma mais radical possível — focando, genericamente, as intenções que motivaram a realização do referido «Encontro» de Leiria, e também do efectuado em Aveiro, este em Julho do ano corrente.

O Dr. Jorge Catarino — interrompido, por vezes, para a prestação de diversos esclarecimentos — sublinhou, de seguida, os pontos fundamentais do «caderno reivindicativo» dos trabalhadores dos nossos estabelecimentos hospitalares, que, para além de um saneamento urgente na Secretaria de Estado «comandada por um homem inteiramente válido e bem-intencionado, mas servida por um conjunto de tecnocratas que prevalece de «antes» do «25 de Abril», inclui a recusa do referido anteprojecto, no espírito, na essência e no conteúdo».

E o Dr. Jorge Catarino frisaria, ainda, o facto de esse anteprojecto ter sido dirigido às providências hospitalares, quando o deveria ter sido às respectivas comissões de gestão, a maioria das quais, acentuou, com uma interferência muito relativa, mais platónica do que real, na multivariabilidade de assuntos respeitantes aos respectivos estabelecimentos.

Depois de referir, em síntese a atender e considerar prioritariamente «que os hospitais são dos utentes e não dos trabalhadores ou de quaisquer outros» e de focar os problemas graves que resultam do «enfau-

damento dos estabelecimentos hospitalares às misericórdias», o Dr. Jorge Catarino — várias vezes corroborado pelos Drs. Lourenço de Oliveira e Luís de Carvalho que, por seu turno, também prestaram várias e pertinentes informações relacionadas com o magno problema em questão — entrou em considerações de ordem geral sobre o imperativo processo de democratização da estrutura hospitalar.

CONCLUSÕES DO «ENCONTRO» DE LEIRIA

Por lhe reconhecermos indiscutível interesse, damos de seguida as «conclusões» do «Encontro Nacional dos Hospitais» efectuada em Leiria.

«O Secretariado Nacional dos Hospitais Distritais em reunião alargada, que incluiu representantes de Hospitais Centrais e observadores do Sindicato dos Médicos, apreciando de novo o Anteprojecto de Lei Orgânica da Secretaria de Estado da Saúde intitulada «Os Hospitais e a Comunidade» e depois de tomar conhecimento de pareceres elaborados por alguns hospitais distritais:

- 1) Dar o seu apoio na generalidade aos pareceres apresentados pelo Secretariado Nacional dos Hospitais de Santa Maria, Santo António, Maternidade Júlio Dinis e Vila Franca de Xira e pelo Sindicato dos Médicos.
- 2) Protestar contra a falta de diálogo, aliás solicitado pelo Secretariado Nacional dos Hospitais Distritais, intérprete das decisões tomadas no Encontro Nacional realizado em Julho em Aveiro, donde saiu um regulamento ignorado neste Anteprojecto.
- 3) Protestar contra o desvirtuamento da consulta efectuada,

uma vez que na maioria dos casos não foram consideradas pela S. E. S. as estruturas de ampla representatividade democrática eleitas nos hospitais e naqueles casos em que assim não sucedeu consultaram-se em paridade órgãos ou pessoas provenientes directamente do antigo regime.

4) Desmascaram a manipulação dos resultados da consulta realizada, dado o preâmbulo do anteprojecto fazer o seu escamoteamento pela apresentação de falsa convergência de posições.

5) Afirmar a sua total discordância na generalidade, do anteprojecto em causa pelas razões que se sumarizam:

- a) Confusão entre Regulamentos de Gestão de diferentes unidades hospitalares e Lei Orgânica que deveria definir as linhas gerais da película hospitalar e de integração das respectivas estruturas num Serviço Nacional de Saúde, cujas coordenadas básicas não estão ainda definidas.
- b) Ausência de descentralização e regionalização do sistema hospitalar, de acordo com a orientação definida no Encontro Nacional dos Hospitais Distritais.
- c) Ausência de coordenação a nível de cúpula mediante estruturas verdadeiramente representativas.
- d) Imposição de um modelo único e demasiado pormenorizado de gestão hospitalar que se pretende aplicável a unidades com dimensão e inserção demográfica diferentes.

- a) Órgãos de gestão e direcção definidas em moldes autoritários e tecnocráticos que contrariam a real democratização das estruturas, ponto fundamental do processo revolucionário em curso.
- f) Total falta de colegialidade nos órgãos de direcção de base.

g) Insistência em manter uma linha tecnocrática, subordinada a perspectiva política e à perspectiva técnica.

6) Exigir homologação imediata, embora provisória, dos órgãos de gestão eleitos pelos trabalhadores que têm tido um papel de relevo na condução da política hospitalar, mantendo um equilíbrio louvável entre todos os sectores dos hospitais numa fase emocional tão propícia a conflitos, aceitando a tarefa corajosa de obstar aos processos da reacção sempre patentes através das estruturas de financiamento.

7) Exigir completa autonomia tecnoadministrativa e financeira destes órgãos de gestão em relação às Misericórdias.

8) Alargar o actual Secretariado Nacional dos Hospitais Distritais, tornando-o extensivo aos Hospitais Centrais e outros, criando o Secretariado Nacional dos Hospitais.

9) Não aceitar a redacção de qualquer anteprojecto com a colaboração deste Secretariado Nacional dos Hospitais.

10) Manifestar a sua profunda preocupação pelas consequências de uma lei que eventualmente viesse a ser publicada, inferida por princípios contrários à opinião por várias formas manifestada por todos os trabalhadores da Saúde».